

Termo de Referência

Contratação de consultoria técnica para análises sobre Eco-Invest e Plataforma de investimentos do BNDES/BIP

I. Contextualização

O Inesc é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, não partidária, fundada em 1979, que atua com pautas relacionadas à defesa de direitos humanos e do meio ambiente.

Ao longo dos últimos cinco anos o Inesc tem estruturado seu trabalho na agenda da transição energética. Produzimos análises que são relevantes ao processo de debate público e às estratégias da sociedade civil de influência em decisões que orientem o país na direção de uma transição justa. Entre elas destacamos: monitoramento de subsídios às fontes fósseis e renováveis, análise do orçamento da União volta à transição energética, estudo sobre tarifa de eletricidade e interseccionalidade, produção de análises sobre rendas extrativistas (petróleo/mineração) e seu papel no enfrentamento às mudanças climáticas e financiamento de uma transição justa, proposição de mecanismos de salvaguardas socioambientais que protejam direitos.

No âmbito doméstico, somos membros do Fórum Nacional de Transição Energética (Fonte) e do Comitê Consultivo da Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB).

No Fonte, o Inesc, como membro eleito, busca incidir sobre a garantia e o cumprimento das salvaguardas socioambientais na transição energética, a revisão dos subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis e os contornos que envolvem a renda do petróleo.

No Comitê Consultivo da TSB, o Inesc tem como foco a defesa de mecanismos mais robustos de salvaguardas e critérios para evitar danos significativos (*Do no*



significant harm) aos demais objetivos da TSB, com ênfase nos objetivos sociais e ambientais, além dos climáticos.

Em todos os espaços fortalecemos nossos acúmulos técnicos, nossas capacidades de diálogos com atores sociais, estatais e não estatais.

Para os próximos anos um dos desafios é produzir e disseminar análises que contribuam para que as organizações da sociedade civil no Brasil estejam mais fortalecidas para compreender e atuar para que o **financiamento da transição energética esteja orientado à dimensão da justiça climática**.

Parte significativa das narrativas que temos construído são orientadas à defesa da incorporação de critérios de justiça social, ambiental, trabalhista nas dinâmicas de financiamento da transição energética.

Nessa direção, entendemos ser fundamental acompanhar a construção de critérios, medidas, práticas que são centrais para viabilizar os investimentos da expansão energética, em suas mais variadas configurações.

Por outro lado, entendemos que não podemos ver de forma separada e segmentada múltiplos instrumentos, mecanismos e ferramentas, como: Fundo Clima, a Taxonomia Sustentável Brasileira, o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE), a plataforma de investimentos BIP, o Eco-Invest, dentre outros.

Contudo, tais políticas, programas, instrumentos e mecanismos são implementados por vezes à margem do diálogo social, escapando do debate público e do acompanhamento qualificado da sociedade civil.

Em síntese, entendemos que a complexidade do que estamos vendo nos dificulta enxergar um quadro mais nítido de como opera a dinâmica do financiamento climático para a transição energética no mundo, na região, e como ela aterriza no Brasil. Acreditamos que o esforço é necessário para que o Inesc aprofunde e aperfeiçoe sua contribuição na agenda da transição energética justa.



II. Objetivo

Contratação de serviços de consultoria para apoiar o Inesc na compreensão das principais iniciativas em curso de financiamento à transição energética e descarbonização da economia brasileira: [Plataforma Brasil de investimentos climáticos e para a transformação ecológica \(BIP\)](#) e o [Eco-Invest](#).

III. Produtos:

1. Relatório técnico sobre a Plataforma de Investimentos BIP considerando:

1.1. Sua estrutura regulatória estabelecida a partir da PORTARIA CONJUNTA MF/MDIC/MMA/MME/BNDES Nº 20, DE 28 DE OUTUBRO DE 2025 e a operacionalização da Plataforma com ênfase: i) na análise de critérios climáticos, sociais, ambientais, trabalhistas; ii) na análise dos arranjos de financiamento e outros mecanismos de estímulos oferecidos, incluindo mecanismos concessionais; iii) na análise de mecanismos de governança e transparência; iv) avaliação das mudanças nos [critérios de análise a partir de junho de 2026](#).

1.2. Avaliação dos projetos apoiados e em captação por subsetores e com ênfase: i) na identificação de mecanismos de transparência e classificação de risco climático, ambiental, social; ii) indicadores e mecanismos de monitoramento, reporte e verificação; iii) aderência à Taxonomia Sustentável Brasileira.

2. Relatório técnico sobre o Eco-Invest considerando:

2.1. Síntese e avaliação dos seus [aspectos legais/regulatórios](#);

2.2. Síntese e avaliação dos arranjos econômico-financeiros, incluindo subsídios creditícios e financeiros;

2.3. Avaliação dos [leilões já realizados](#) explicitando seus mecanismos de governança e transparência, assim como critérios e procedimentos para avaliação de riscos climáticos, sociais e ambientais e indicadores e mecanismos de monitoramento, reporte e verificação.



3. Relatório técnico de sugestão de aperfeiçoamento de mecanismos de governança e transparência, bem como de incorporação de critérios sociais, ambientais e trabalhistas nos arranjos de financiamento do Eco-Invest e Plataforma BIP.

4. Elaboração de um resumo executivo, em diálogo como o Inesc, a partir dos resultados obtidos.

IV. Atividades

- Elaborar e apresentar plano de trabalho e metodologia de trabalho para diálogo e aprovação pelo Inesc;
- Incluir na metodologia solicitação e análises de pedidos de informação via Lei de Acesso à Informação e diálogo com gestores de perfil técnico.
- Participar de pelo menos três reuniões com o Inesc, para alinhamento e estruturação dos produtos;
- Disponibilidade para apresentar os produtos e resultados obtidos em reunião interna e/ou pública.

V. Requisitos e qualificação

- Experiência técnica comprovada nos temas afetos à consultoria.
- A atuação em projetos anteriores na área de interesse será considerada um diferencial.

VI. Cronograma

- Prazo para envio de propostas: até 15 de julho de 2026.
- Seleção da proposta e contratação: até 20 de julho de 2026.
- Previsão de início das atividades: disponibilidade imediata.
- Entrega do Plano de Trabalho: 9 de agosto de 2026.

- Entrega da versão preliminar: até 1 de setembro de 2026.
- Revisão e solicitação de ajustes pelo Inesc: até 20 de setembro de 2026
- Entrega final dos produtos: até 30 de setembro de 2026.

VII. Contratação e pagamento

- 30% na assinatura do contrato.
- 30% na entrega da versão preliminar.
- 40% na entrega do produto final.

IX. Processo seletivo

Enviar proposta de consultoria, qualificação profissional e proposta orçamentária, com dados bancários e de registro (CNPJ) para processoseletivo@inesc.org.br, inserindo no assunto CONSULTORIA FINANCIAMENTO PARA A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA.

Dar-se-á preferência a propostas apresentadas por profissionais negras(os), indígenas e/ou residentes das regiões Norte/Nordeste do Brasil.

Brasília-DF, 18 de junho de 2026.

Alessandra Cardoso

Assessor Político

